



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N.º2/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos treze dias do mês de Abril de dois mil e nove, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a segunda sessão ordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: -----

----- José do Carmo Correia Martins, Ulisses Saturnino Duarte Brito, Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes, Tânia Sofia Conceição Pires Revés em substituição de Maria Eugénia Passos Rosa Narra, Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves, Sónia Costa do Rosário em substituição de João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Francisco Vicente de Sousa Silva em substituição de Renato Edmundo Proença dos Santos, Ivo Alexandre Rodrigues Cardoso em substituição de Ilídio da Conceição Viegas, Acácio José Madeira Martins, César Augusto da Conceição, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves. -----

----- Estavam ainda presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Judite Gil Gonçalves Neves, Joaquim Gago Mendoza e Marlene de Sousa Guerreiro.-----

----- Atendendo a que não estavam presentes os restantes elementos da mesa, chamou para secretariar a sessão os elementos José Manuel da Costa Dantas e Acácio José Madeira Martins. -----

----- Antes de iniciar os trabalhos leu uma carta remetida pelo Dr. Renato, solicitando a sua substituição por motivos de saúde, pelo que foi substituído pelo Sr. Francisco Vicente Sousa Silva, ficando apenas a dúvida se a ausência seria apenas

nesta sessão ou até ao final do mandato.-----

----- Perante tais factos foi incumbido o Sr. Francisco de transmitir ao Dr. Renato votos de rápidas melhoras por parte dos elementos da Assembleia. -----

----- Seguidamente passou-se à leitura do edital que deu origem a esta sessão bem como à correspondência recebida pelo núcleo de apoio da Assembleia Municipal, destacando ofícios vários da Associação Nacional de Municípios Portugueses; ofícios da Assembleia Municipal com os assuntos que deram origem á ordem de trabalhos; pedidos de substituição dos elementos da Assembleia Municipal; ofício do Tribunal de Loulé dando conhecimento do ponto de situação do loteamento sito na Rua Cinco de Outubro; ofício da Câmara Municipal remetendo cópia da resposta enviada pelas Pousadas de Portugal.-----

----- Ainda durante este período usou da palavra Tomás Nunes para saber se corresponde à realidade o facto da cozinha da Escola nº. 2 não ter capacidade de resposta para a comunidade escolar que tem de servir. -----

----- Relembrou que a Câmara levou vários anos a negociar o edifício da fábrica do Sr. Louro, o qual não se chegou a concretizar, no entanto tanto esta ruína como outra existente no gaveto da Rua João de Deus e Dr. José Dias Sancho foram “Premiadas” com pinturas por parte da autarquia. Perante tal facto quis saber a que título é que a Câmara intervêm nas propriedades privadas, fazendo-lhe alguns melhoramentos. -----

----- Referindo-se ao programa de televisão transmitido a partir de S. Brás, disse que o mesmo foi benéfico, uma vez que num curto espaço de tempo taparam-se buracos, cortaram-se ervas, limpam-se jardins, o que em situações normais não é muito usual.-----

----- Usando da palavra Francisco silva saudou todos os presentes e colocou algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara relacionadas com a 2ª. fase da terraplanagem do caminho da Barracha, com a construção do valado na Mesquita, com a conclusão da base dos contentores em frente à sua residência e a cedência de um espaço para a instalação da sede da Associação Al- Portel.-----

----- Josélia Gonçalves felicitou a Câmara pelo facto de S. Brás ser um dos concelhos com uma taxa mais baixa de desemprego. -----

----- Respondendo, o Presidente da Câmara disse que o projecto de ampliação da cozinha da escola nº. 2 encontra-se concluído desde 2002, não tendo obtido até agora financiamento, tendo sido apenas feitas algumas reparações que eram necessárias, estando as restantes previstas iniciar após a conclusão das obras. -----

----- Em relação à pintura das fachadas dos prédios e á grande azafama nada teve a ver com o programa de televisão, tanto mais que não é a primeira vez que estas paredes são pintadas. Referiu que apenas tomou conhecimento do programa uma semana antes da sua realização e os critérios que levaram a sua transmissão nesta data, por S. Brás ser um concelho com grandes tradições a nível nacional, nesta altura da Páscoa. -----

----- Em relação às questões colocadas pelo elemento Francisco Silva disse que as mesmas já estão a ser resolvidas à excepção dos contentores que têm uma longa história e têm de ser devidamente estudada. -----

----- No que diz respeito à sede da Associação disse que a Câmara possui alguns prédios que estão ocupados por associações, no entanto o edifício referido pelo Sr. Francisco não apresenta nenhuma condições de habitabilidade existindo porém outras ideias para futuro, no que diz respeito ao associativismo. -----

----- Norberto Miguel disse que leu na imprensa nacional uma informação sobre cadastro rústico, onde incluía S. Brás de Alportel, pelo que gostaria de saber se haverá a curto prazo um novo cadastro ou se haverá apenas uma correcção ao que anteriormente foi elaborado e se inclui também a parte urbana. -----

----- Respondendo, o Presidente da Câmara disse que para se fazer um cadastro urbano será necessário gastar alguns milhares de euros. O Instituto Geográfico Cadastral está a proceder à actualização do cadastro existente pelo que as autarquias ficaram se acesso a fundos comunitários para tratar deste assunto. Disse que até ao momento não foi contactado por nenhuma entidade acerca desta assunto. -----

----- Passou-se ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos : “**INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**”, período durante o qual não usaram da palavra quaisquer munícipes, passando de seguida à análise do ponto seguinte: “**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE**”

MUNICIPAL -----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve explanação da actividade mais relevante que ocorreu no período subsequente à última sessão, informação essa que dispensa a sua transcrição por ficar apensa a esta acta. -----

----- Terminada a apresentação usou da palavra Norberto Miguel para saber que alterações existiram para que em anos anteriores a Câmara não tivesse assinado o protocolo para tratamento de diabéticos e este ano mudasse de ideias. -----

----- O Presidente da Câmara disse que foram feitas algumas alterações no protocolo e embora não consiga abarcar todos os munícipes, as condições já são mais benéficas, daí ter resolvido avançar. Referiu que auscultou a opinião de outros municípios que já tinham aderido, que manifestaram a sua satisfação. -----

----- Ivo Tomé quis saber se depois da prorrogação dada para a conclusão da obra do Centro de Artes e Ofícios, que terminava a vinte e oito de Fevereiro, se a mesma foi efectivamente concluída, caso não tenha, solicitou informação sobre a data prevista para o seu término, pelo que o Senhor Presidente lhe respondeu que durante o mês de Maio a obra ficará concluída. -----

----- Passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos: “**SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**”, tendo o Presidente da Câmara informado da despesa efectuada e da receita arrecadada, encontrando-se o município de boa saúde financeira. -----

----- Passou-se à análise do quinto ponto da Ordem de Trabalhos : “**CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DA PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDDE DE CUIDADOS CONTINUADOS** . -----

----- O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal acompanhado da proposta aprovada, por unanimidade em reunião do executivo, sobre este assunto. --

----- Usando da palavra Francisco silva disse que depois de ter analisado os documentos que foram remetidos, a Coligação Democrática Unitária reuniu e emitiu a moção que a seguir se transcreve: -----

----- “ *O que temos aqui é a prova provada que o governo pretende destruir, o Serviço Nacional de Saúde Universal e Gratuito, que consta na constituição da República, Lei fundamental do nosso País.* -----

----- *Entregando ao sector privado, que se prepara para explorar o sector da saúde,*

meios que são de todos, meios públicos, como é o caso do terreno que se pretende doar. Com a agravante de ser o poder central a ordenar às Câmaras, principalmente as que o PS gere, que forneçam os meios, para que o negócio seja ainda mais rentável. -----

----- É exactamente isso que se pode deduzir, a Câmara pretende doar um terreno a uma empresa privada, que para além, de uma imoralidade política em que as contrapartidas são para “inglês ver” é certamente uma ilegalidade. -----

----- Sr. Presidente 35 anos depois do 25 de Abril, e pela mão do Partido Socialista não esperava assistir a tal coisa. -----

----- Acena-se com a Excelência do projecto, ainda a coisa não está em começo e já ARS, (o estado) garantiu que vai contratualizar 180 camas, o que significa que já está tudo feito e a aprovação pela Assembleia Municipal é um mero pró-forma. -----

----- Acena-se com 90 postos de trabalho, poucos serão de S. Brás de Alportel e os que forem como é hábito agora, serão mal pagos e precários. -----

----- E as contrapartidas para o Município, quais são? -----

----- O que se anuncia no documento, se não fosse tão grave dava para rir, as contrapartidas anunciadas, são meros paliativos, sem grande preocupação de convencer, ou palavras sem sentido e sem enquadramento nos procedimentos oficiais. -----

----- Sr. Presidente, quanto vale o terreno em questão? -----

----- Mesmo que seja para oferecer, a Lei diz, que se tem que quantificar o seu valor. -----

----- Não sendo assim, mesmo que houvessem contrapartidas a sério, pelo que se anuncia são zero, como sabia a Câmara se eram relativas ao investimento que se estava a fazer porque é efectivamente desta forma que se tem que tratar as coisas.--

----- Sr. Presidente, na situação presente a não ser que o negócio já esteja completamente concluído, como deixa antever os documentos, o que o Sr. Deveria fazer era retirar esta proposta da ordem de trabalhos, para que seja devidamente revista e renegociada, caso contrário consideramos que estamos perante uma ilegalidade disfarçada. -----

----- Votaremos contra, e arrogamos o direito de denunciar tal acto, à população de

S. Brás de Alportel". -----

----- Acrescentou que este terreno tinha anteriormente sido adquirido para a construção de um edifício destinado a serviços públicos (Câmara, Notário, Conservatória...) pelo que não pode concordar com o destino agora proposto. -----

----- Referiu ainda que os doentes de S. Brás deveriam estar internados cá, e estão em Tavira, Olhão, Vila Real de Santo António etc, enquanto que em S. Brás estão doentes que não são de cá, tendo-lhe sido referido pelo Centro de Saúde que existem condições para receber os munícipes de S. Brás, podendo assim partilhar alguns momentos com os seus familiares, durante o horário de visitas, o que não acontece se estiverem longe. -----

----- O Presidente da Câmara lamentou as palavras proferidas pelo elemento Francisco Silva, quando a intenção do executivo é proporcionar condições de saúde aos munícipes de S. Brás, dando resposta a vários problemas. Referiu ainda que o Estado continua a prestar o serviço no âmbito da unidade de cuidados continuados, conforme comprovam os documentos anexos à proposta. -----

----- Acrescentou que a Administração Regional de Saúde do Algarve acha de todo o interesse a construção desta unidade em S. Brás, bem como outra que está em fase mais avançada em Vila Real de Santo António. -----

----- Josélia Gonçalves fez uma breve apresentação do projecto que se pretende desenvolver, que engloba o Ministério da Saúde, da Solidariedade e da Segurança Social, visando não só dar uma resposta no âmbito da saúde mas também de cuidados de apoio social. -----

----- Acrescentou que o que se tem verificado é que existem pessoas que estão instaladas em lares mas que necessitam de cuidados de saúde permanentes, não tendo estas capacidade de resposta, daí ter havido necessidade de se criar este sistema. -----

----- Neste sentido, a região do Algarve tem que, dois mil doze cumprir alguns objectivos para atingir uma determinada meta, passando por um trabalho, por parte da Administração Regional de saúde, de dinamizar as Instituições Particulares de solidariedade social, tendo já espalhas, ao longo do Algarve algumas unidades que conseguem contabilizar cerca de duzentas e cinquenta camas, distribuídas pelos

concelhos de Vila Real, Tavira, Silves, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão e Faro, não existindo nenhuma em S. Brás de Alportel.-----

----- Seguidamente referiu as diversas valências e os cuidados que cada uma carece, nomeadamente se são de larga ou média duração, se são cuidados paliativos, consoante a necessidade do utente. -----

----- Acrescentou que é por todos estas razões que doentes de S. Brás estão fora do concelho, em municípios que tem condições para dar resposta às suas necessidades e que neste momento o Centro de Saúde de S. Brás não tem. -----

----- Acrescentou que este edifício tem capacidade para ser ampliado, no entanto não é propriedade da Administração Regional de Saúde mas sim da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Saliu o facto de para além dos postos de trabalho que vão ser criados e as mais valias que trás para S. Brás, também este concelho será colocado no mapa da saúde como uma referência para a região. -----

----- Tomás Nunes disse que lhe parece uma boa medida para S. Brás, no entanto surgem-lhe algumas dúvidas nomeadamente no que diz respeito ao nome da entidade com quem se vai celebrar o protocolo, a sua natureza jurídica e ainda o facto da não haver sanções se o protocolo não for cumprido.-----

----- Esclareceu que nada tem contra os hospitais privados nem parcerias público/privadas, no entanto gostaria que fossem esclarecidas algumas clausulas, uma vez que a Câmara vai ceder o terreno por um período de cinquenta anos, tendo o mesmo de ficar salvaguardado. -----

----- Norberto Miguel disse que não concorda com o facto da Câmara estar a ceder um terreno de excelência a uma entidade privada sem que tivesse havido um concurso público. -----

----- Ivo Tomé disse que o terreno está bem localizado para a construção de outros edifícios públicos, podendo esta unidade de saúde ser construída noutra local onde exista menos ruído. Quis ainda saber se a contratualização que a Administração Regional de Saúde pretende fazer com a empresa está ao alcance de todos os utentes do Serviço Nacional de Saúde e com os mesmos custos.-----

----- Solicitou ainda informação se existe ou não alguma relação entre a exploração

desta unidade e a construção da unidade hoteleira na Monte da Ribeira e outra que se especula vir a existir na Calçada.-----

----- Josélia Gonçalves disse que na proposta apresentada está salvaguardada a questão do não cumprimento das cláusulas. Em relação ao nome das empresas referiu que existe uma empresa “mãe” que tem como objectivo criar filiais específicas quer para S. Brás quer para Vila Real à semelhança do que já aconteceu em Maфра. -

----- Seguidamente deu uma breve explicação da forma como funcionam os internamentos e a distribuição dos doentes pelas unidades de cuidados continuados que existem actualmente disponíveis, referindo que a admissão nesta unidade será feita de igual modo, não sendo a administração da mesma que gere os utentes, mas sim a Administração Regional de Saúde como em qualquer outra Instituição Particular de Solidariedade Social.-----

----- Tomás Nunes disse que concorda com as palavras proferidas por Josélia Gonçalves, no entanto não estão bem explícitas no papel e era isso que gostaria de ver esclarecido.-----

----- Ulisses Brito disse que a Câmara não está pensando de forma alguma prejudicar o concelho, quer sim dotar esta vila de cuidados de saúde de qualidade para os seus munícipes, sendo as questões jurídicas tratadas pelos advogados quer da Câmara quer da Empresa e da Administração Regional de Saúde.-----

----- Enalteceu o facto de serem criados estes serviços porque assim descongestiona os hospitais, tendo s. Brás uma excelente localização geográfica para receber esta unidade, prestando um serviço aos são-brasenses e à região algarvia.-----

----- Trocaram-se mais impressões por parte dos membros da Assembleia nomeadamente quanto às questões jurídicas e de elaboração do protocolo.-----

----- O Presidente da mesa fez um breve historial das unidades de saúde de S. Brás desde os anos noventa até ao dia de hoje, justificando-se assim a criação desta unidade. -----

----- Referiu que em todo este processo o que mais interessa são os utentes que vão beneficiar destes cuidados, deixando libérrimas camas do Hospital Distrital de Faro para doentes agudos que delas necessitam, podendo os doentes crónicos quer de

S. Brás quer da restante região algarvia usufruir desta unidade de cuidados continuados.-----

----- Em questão de desenvolvimento para S. Brás referiu que esta é uma boa medida para gerar mais postes de trabalho quer durante a construção da obra quer com a sua entrada em funcionamento, não descorando o movimento diário de familiares dos utentes que passam a frequentar a nossa Vila.-----

----- O Presidente da Câmara disse que o protocolo é um documento genérico que dará origem, se se chegar à conclusão que é isto que se pretende para S. Brás, a uma escritura onde serão explanadas todas as cláusulas. Este documento apenas serve de documento base para se saber se a Câmara está ou não disposta a receber esta infraestrutura.-----

----- Finalmente e para que não houvesse qualquer dúvida, propôs que cada partido indicasse um elemento para acompanhar os serviços jurídicos da Câmara e da empresa na elaboração do contrato de cedência do terreno.-----

----- Em relação ao terreno disse que este é o único disponível, localizado em parte periférica da zona urbana, porque caso contrário, o mesmo teria de ter uma área de cerca de nove hectares, o que nas proximidades não existe.-----

----- No que diz respeito ao relacionamento entre esta unidade e o Plano de Pormenor da Barragem do Monte da Ribeira e da Calçada, nada tem a ver.-----

----- Não havendo mais intervenções passou-se à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por maioria com onze votos a favor, do Partido Socialista, quatro abstenções do Partido Social Democrata e um voto contra da Coligação Democrática Unitária.-----

----- Ficou igualmente decidido que cada bancada designará um elemento para que, conjuntamente com gabinete jurídico elabore o contrato de cedência com todas as cláusulas devidamente especificadas.-----

----- Passou-se à análise do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos : “**ADESÃO DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL AO MOVIMENTO SLOWCITIES**”.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara referiu que para que S. Brás possa fazer parte da Assembleia Internacional deste movimento é necessário a aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que o valor da adesão é de seiscentos euros e uma quota anual de mil e quinhentos.-----

----- Fez uma breve apresentação do projecto que implica o preenchimento de vários itens como seja o grau de poluição, a recolha de lixo, a qualidade da água, vias de comunicação, imagem urbana, serviços..., tendo S. Brás, Lagos, Silves e Tavira obtido valores que permitiram obter a percentagem que dá acesso à adesão ao movimento.-----

----- Posto à votação foi este ponto aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se à análise do ponto sete da Ordem de Trabalhos: **“PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DOIS MIL E OITO”**.-----

----- O Presidente da mesa leu o ofício que remetia este assunto para aprovação bem como a deliberação do executivo camarário que recaiu sobre o mesmo.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara fez a apresentação da prestação de contas, referindo que este foi um ano em que o planeado e o executado andou muito a par. Demonstrou estes factos através de gráficos e quadros de evolução das despesas e das receitas durante o ano e comparativamente com anos anteriores.---

----- Passou-se à votação deste ponto tendo o mesmo sido aprovado por maioria com quinze votos a favor e uma abstenção.-----

----- Passou-se ao ponto seguinte : **PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E NOVE”**.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou este documento que é originado pela passagem do saldo da gerência do ano anterior e que se cifra em um milhão, setenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e um cêntimos, que vai reforçar rubricas que tinham um saldo mis reduzido, nomeadamente a comparticipação na construção da creche, os campos de ténis, obras de saneamento, parque de estacionamento junto ao parque escolar...-----

----- Ivo Tomé quis saber qual o valor que já foi transferido para subsidiar a construção da creche e qual o valor que está previsto atribuir até à sua conclusão, excluindo a cedência do terreno.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que esta obra foi financiada pelo Programa Pares, com uma percentagem que ronda os cinquenta por cento do custo padrão.

No entanto a obra foi adjudicada por um valor de cerca de vinte por cento acima do preço base e esse acréscimo tem de ser suportado pela entidade que está a construir. Tendo em atenção que existem obras exteriores que têm de ser executadas e apetrechado o equipamento, prevê-se que a Câmara tenha de participar em cerca de seiscentos e cinquenta a setecentos mil euros.-----

----- Passando-se à votação foi este ponto aprovado por maioria com quinze votos a favor e uma abstenção. -----

----- Passou-se ao ponto nono da Ordem de Trabalhos: “**REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS**”. -----

----- César Augusto congratulou-se com a redução do valor de utilização do banho turco. Acrescentou ainda que seria de se pensar para o futuro, que fosse facultado aos jovens desportistas do concelho que são distinguidos nos prémios juventude, a entrada livre nas instalações desportivas. -----

----- Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação deste ponto tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se à análise do ponto seguinte: “**DESIGNAÇÃO DE ELEMENTOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**”. ---

----- O Presidente da mesa referiu que a lei remete para a Assembleia Municipal a designação de quatro elementos para integrar a comissão, para além dos restantes que constam das respectivas alíneas. -----

----- Perante esta problemática e dado que existem pessoas com mais sensibilidade para o assunto sugeriu que estas pessoas pudessem ser representantes do Agrupamento Vertical de Escolas, da Escola Secundária e dois elementos da Assembleia Municipal. -----

----- Trocaram-se algumas impressões sobre este assunto, sustentadas pelas informações solicitadas à Vereadora da Educação, nomeadamente no que diz respeito aos representantes dos Agrupamentos e ao representante da Direcção Regional de Educação, chegando-se à conclusão que os elementos seriam: um representante do Agrupamento Vertical de Escolas, um representante da Escola Secundária José Belchior Viegas, um representante do Partido Social Democrata e outro do Partido Socialista, os quais serão designados oportunamente. -----

----- Passando-se à votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se à análise do ponto seguinte. **“PROPOSTA DE IMPUTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS DESPESAS COM PESSOAL E DOS ENCARGOS DE ENDIVIDAMENTO- AMAL- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE.”**-----

----- Sobre este assunto o Presidente da mesa referiu mais uma vez que até à presente data ainda ninguém lhe conseguiu explicar a forma de financiamento dos municípios, ou seja, s. Brás para efeitos de pagamento encontra-se na décima posição, para efeitos de financiamento aparece em último.-----

----- Passando-se á votação deste ponto foi o mesmo aprovado por unanimidade. ---

----- No último ponto da Ordem de Trabalhos **“OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO”**, usou da palavra Tomás Nunes para saber em que ponto se encontra a obra de ligação de S. Brás à Via do Infante, se já existe empresa contratada e se já existe calendarização da obra. -----

----- O Presidente da Câmara disse que tem conhecimento de que o contrato irá ser assinado durante o mês de Abril e que a obra, segundo as palavras do Senhor Ministro, terá início no mês de Setembro.-----

----- O Presidente da mesa perguntou se já existe data prevista para a conclusão da circular, tendo o Presidente da Câmara informado que se prevê a sua conclusão para o final do mês de Julho. -----

----- César Augusto referiu que desde a última sessão da Assembleia nada foi alterado em questão de trânsito. Fez ainda uma referência à onda de assaltos que se tem verificado nos últimos dias, solicitando que a Câmara tomasse providências no sentido de se aumentar a segurança no concelho.-----

----- Em relação à circular disse que acha muito bonitas as rotundas, sugerindo que se fizesse um estudo para tentar reduzir os custos de embelezamento das mesmas nomeadamente no que diz respeito ao consumo de água.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que alguns dos problemas de trânsito já estão resolvidos outros estão a decorrer, tendo sido igualmente realizada uma reunião da comissão de trânsito para se encontrar soluções. -----

----- Em relação à segurança disse que seria de bom tom fazer-se chegar as preocupações desta Assembleia Municipal às entidades locais e regionais. -----

----- No que se refere às rotundas disse que já se utilizam plantas que necessitam de pouca rega, no entanto aceita a sugestão como louvável. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão, quando eram zero horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim _____primeiro secretário que a subscrevi.....